


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 16 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1009081-49.2017.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**  
Requerente: Adayl Olivio de Ponte  
Requerido: Mercantil do Brasil Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimentos

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

ADAYL OLIVIO DE PONTE, qualificado nos autos, promove contra MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO a presente ação ordinária alegando, em resumo, que tomou conhecimento que descontos ocorreram no seu benefício pela utilização de um cartão de crédito consignado; que nunca contratou referido serviço; que o contrato deve ser declarado inexistente ou readequado; que tem direito a devolução em dobro dos valores indevidamente exigidos; que os fatos lhe causaram danos morais, que devem ser suportados pelo requerido. Pede a procedência da ação para esses fins.

O requerido contestou a ação aduzindo, preliminarmente, que falta ao autor interesse de agir. No mérito, sustentou que o

**1009081-49.2017.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

autor celebrou o contrato de cartão de crédito; que utilizou-se do cartão e realizou saques; que os saques são liberados na forma de financiamento; que o autor utilizou-se dos valores colocados a sua disposição; que o contrato faz lei entre as partes; que o autor não sofreu danos morais e não faz jus a restituição em dobro. Pediu a improcedência da ação se não acolhida a preliminar (págs. 86/101).

O autor manifestou-se sobre a contestação (págs. 173/188).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A preliminar alegada pela requerida não pode prosperar, pois manifesto o interesse de agir do autor que busca a declaração de inexistência da contratação de empréstimo consignado junto à requerida.

No mais, a pretensão inicial é improcedente.

Com efeito, o autor efetivamente contratou o "RMC", como se verifica pelo termo de adesão ao regulamento para utilização do cartão de crédito consignado devidamente assinado (pág. 123).

É certo, ainda, que no referido contrato está descrito que trata-se de cartão de crédito consignado INSS.

Assim, as alegações oferecidas pelo autor não podem ser aceitas, pois como pode ser observado à pág. 127/152 os valores contestados foram por ele sacados com a utilização do cartão.

Conclui-se, em face desse contexto, que pretende o autor discutir operação livremente pactuada e com a efetiva utilização do numerário.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Nada existe de ilegal, portanto, em relação aos valores e encargos exigidos que guardam relação com o contratado.

Nesse sentido já se decidiu:

"REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Contrato de cartão de crédito. Reserva de Margem Consignada. Desconto. Possibilidade. Ciência prévia do consumidor. A apelante tinha plena ciência da contratação de cartão de crédito na modalidade consignado junto ao apelado e, a julgar pelas inúmeras contratações desta natureza realizadas pela apelante, é possível concluir que tinha conhecimento de que a contratação de cartão de crédito na modalidade "consignado" utilizaria a margem consignável de seu benefício previdenciário. Destaque-se que a concessão do empréstimo solicitado e a contratação do cartão de crédito não estão consubstanciadas em um único instrumento contratual, a indicar a ocorrência de uma venda casada, prática vedada pelo ordenamento jurídico, consoante disposto no artigo 39, I, do Código de Defesa do Consumidor. Apelação não provida. (TJSP; Apelação 1009794-35.2016.8.26.0077; Relator (a): Jairo Oliveira Júnior; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro de Birigui - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/08/2017; Data de Registro: 31/08/2017)"

Não há que se falar, por fim, em violação das disposições do Código de Defesa do Consumidor, até porque não se vislumbra no referido documento a existência de qualquer condição potestativa de porte a inviabilizar o ajuste.

Nada existe a indenizar, portanto.

Diante do exposto, julgo improcedente a ação para condenar o autor no pagamento das custas processuais e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor dado à causa.

Intime-se.

Araraquara, 17 de agosto de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br